



Serviço Central de Protestos de Títulos

Política de Privacidade e de Proteção de Dados

O **Serviço Central de Protesto de Títulos - SCPT**, inscrito no CNPJ sob o nº 67.978.601/0001-44, com sede na Rua XV de Novembro, nº 175, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01013-001, e com endereço eletrônico no <https://www.protestocapitalsp.com.br> apresenta sua Política de Privacidade e de Proteção de Dados.

A Política contém informações acerca do tratamento de dados pessoais dos usuários, os quais podem se dar tanto presencialmente no SCPT, quanto virtualmente através das opções de atendimento disponíveis no nosso endereço eletrônico. E ela tem por objetivo trazer esclarecimentos acerca dos tipos de dados que são tratados, das finalidades deste tratamento e da forma como você poderá gerenciar seus dados pessoais.

A presente Política está em conformidade com a Lei Federal nº 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal nº 13.709 de 19 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e com as instruções dos Provimentos nº 23/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo (CGJ/SP) e nº 134/2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Seu teor será revisado, sempre que necessário, em função de alterações circunstanciais e legislativas significativas.

O SCPT se responsabiliza em sempre manter publicamente acessível em seu site uma versão atualizada deste documento.

Caso o usuário tenha dúvidas sobre o tratamento dos seus dados, é recomendado acessar o nosso Encarregado (DPO) por meio do canal de atendimento ao titular de dados conforme instruções no item 8 desta Política. O endereço eletrônico do encarregado de dados pessoais é encarregado@protestocapitalsp.com.br.

1. DEFINIÇÕES

A fim de descomplicar a sua leitura e tornar mais acessível os termos utilizados, apresentamos algumas definições úteis para a sua interpretação e que servem de orientação quanto ao tema:

- **Conta:** é a forma através da qual o usuário é representado ao acessar determinadas áreas restritas, funcionalidades exclusivas do site e serviços oferecidos pelo SCPT;
- **Cookies:** pequenos arquivos ou pacotes de dados enviados pelo SCPT ao dispositivo do usuário para identificá-lo e coletar informações que auxiliarão o SCPT a aprimorar os serviços prestados. Alguns cookies são essenciais para a navegação básica;
- **Credenciais:** é o conjunto de dados que o usuário usa para se autenticar/logar, visando acessar determinadas áreas restritas e/ou funcionalidades exclusivas do site e serviços oferecidos pelo SCPT;



Política de Privacidade e de Proteção de Dados

- **Dados Pessoais:** são informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável, ou seja, qualquer informação que identifique uma pessoa (nome, número de documento, endereço, etc.);
- **Dados Pessoais Sensíveis:** são dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- **Dados Anonimizados:** são informações que, isoladamente ou em conjunto com outros dados, não permitem a identificação de uma pessoa, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- **Tratamento de Dados Pessoais (Tratamento):** É toda a operação realizada com o dado pessoal, tais como: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle da informação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- **Titular de Dados Pessoais (Titular, Usuário, Você):** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento; titular de dados pessoais que acessa a plataforma do SCPT;
- **Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que tem competência para tomar decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- **Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- **Encarregado (DPO):** pessoa (física ou jurídica), indicada pelo SCPT, responsável por atuar como canal de comunicação entre o SCPT, o titular do dado e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):** órgão da Administração Pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- **Logs:** registros de atividades dos usuários efetuados no site, aplicativos e serviços prestados pelo SCPT;
- **Plataforma:** o site de titularidade do SCPT <https://www.protestocapitalsp.com.br>, seu balcão de atendimento e outros sites utilizados para prestação de seus serviços;
- **Portador:** Pessoa que leva o título ou documento de dívida ao SCPT;
- **Apresentante:** Pessoa que envia o título ou documento de dívida para protesto;



Política de Privacidade e de Proteção de Dados

- Credor: Primeira pessoa a ter direito ao crédito do título ou documento de dívida;
- Endossatário: Pessoa que recebe o direito de cobrança do título ou documento de dívida;
- Endossante: Pessoa que transfere o direito de cobrança do título ou documento de dívida;
- Devedor: Pessoa responsável pela dívida constante no título ou documento de dívida;
- Pesquisado: Pessoa indicada para pesquisa no banco de dados de nomes protestados.

2. COLETA DE DADOS

O SCPT optou por utilizar os serviços fornecidos pelo Instituto de Estudos Protesto de Títulos do Brasil, Sessão São Paulo - IEPTB/SP por meio de sua plataforma digital disponível em <https://protestosp.com.br> e <https://protesto.com.br>, através de convênio e por isso o usuário deverá também ter ciência da Política de Privacidade disponível em <https://protestosp.com.br/normas-de-seguranca-e-privacidade>.

2.1. Os Dados serão coletados:

a) quando inseridos ou submetidos voluntariamente pelos usuários no site, aplicativos e serviços oferecidos pelo SCPT no seu balcão de atendimento;

b) quando os Dados forem submetidos de forma automatizada e sem a necessidade de qualquer ação por parte dos usuários, tais como navegação, interação com conteúdo e aquisição de serviços por meio de Cookies; ou

c) de parceiros que tenham obtido consentimento para compartilhá-los com o SCPT;

2.2. Para o exercício de suas atividades e prestação de seus serviços, o SCPT, através de suas plataformas, poderá requisitar de seus usuários as seguintes informações, mas não se limitam a:

- **Para protesto:**
 - Nome completo, endereço eletrônico, CPF, RG ou RNE, número de telefone e endereço completo, dados bancários (agencia, banco, conta e chave PIX) do apresentante;
 - Nome completo, CPF, RG ou RNE, endereço completo, dados bancários (agencia, banco, conta e chave PIX), endereço eletrônico e número de telefone do credor;
 - Nome completo, CPF, RG ou RNE do Endossante;
 - Nome completo, CPF, RG ou RNE do Endossatário;



Política de Privacidade e de Proteção de Dados

- Nome completo, endereço eletrônico, CPF, RG ou RNE, número de telefone e endereço completo do devedor;
 - Nome completo, CPF, RG ou RNE, número de telefone e endereço completo do portador;
 - Endereço IP e informações relacionadas à navegação do usuário e suas interações com a plataforma.
- **Para certidão:**
 - Nome completo, CPF, RG ou RNE, endereço completo, endereço eletrônico, número de telefone, nacionalidade, profissão e estado civil do solicitante;
 - Nome completo, CPF, RG ou RNE do pesquisado.

2.3. O SCPT não é responsável pela veracidade ou desatualização nas informações e dados fornecidos pelo usuário, sendo de responsabilidade do usuário prestá-las com exatidão e atualizá-las.

2.4. O SCPT não utiliza Cookies para gravação dos dados de sessão dos usuários em seu site que é apenas institucional. Os usuários deverão aceitar a Política de Privacidade do IEPTB/SP disponível em <https://protestosp.com.br/normas-de-seguranca-e-privacidade>.

3. DO TRATAMENTO DOS DADOS

O SCPT trata dados pessoais com a principal finalidade de cumprir o que determina os artigos 7 e 8 da Lei Federal nº 9.492/97, ou seja, recepcionar, distribuir e entregar os títulos apresentados para protesto na mesma data aos Tabelionatos de Protesto, obedecendo os critérios de quantidade e qualidade, portanto, a base legal que nos permite coletar e tratar os dados é a prevista no artigo 7º, inciso II da Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção aos Dados).

3.1. Os dados coletados dos usuários poderão ser utilizados e tratados para as seguintes finalidades:

- Apresentação e distribuição de títulos para protesto;
- Solicitar certidão de protesto;
- Atender adequadamente às solicitações e dúvidas, bem como prestar suporte aos usuários, ou seja, gerenciar e responder às solicitações feitas pelo usuário, de acordo com os direitos dos titulares dos dados elencados na LGPD, art. 18 e seguintes;
- Cumprir ordem judicial ou requisição por autoridade administrativa, bem como atender obrigações de reportar preventivamente determinadas atividades para autoridades competentes;



Política de Privacidade e de Proteção de Dados

3.2. O SCPT zela pela proteção e desenvolvimento da criança e do adolescente, agindo de acordo com a LGPD (Lei Federal nº 13.709/18). No entanto, há determinados casos em que não temos informações suficientes para identificar se o titular dos dados pessoais se enquadra como criança ou adolescente, ficando à cargo e responsabilidade do apresentante do título a protesto, os dados fornecidos (parágrafo único do art. 5º da Lei Federal nº 9.492/97).

3.3. Internamente, os dados somente serão acessados por profissionais devidamente autorizados pelo SCPT, respeitando os princípios da finalidade, adequação, necessidade entre outros previstos na LGPD, além do compromisso de confidencialidade e preservação da privacidade nos termos desta Política.

4. BASES LEGAIS UTILIZADAS PARA O TRATAMENTO

O Tratamento dos dados pessoais pelo SCPT é realizado com bases legais específicas e adequadas para cada uma das finalidades de tratamento descritas no tópico anterior. Nesse sentido, o SCPT poderá tratar dados pessoais dos usuários através das seguintes bases legais:

- a)** Para o **cumprimento de obrigação legal ou regulatória**, (art. 7, inciso II da LGPD);
- b)** Quando necessário para a **execução de contrato** ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados (art. 7, inciso V da LGPD);
- c)** Quando necessário para atender aos **interesses legítimos** do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais (art. 7, inciso IX da LGPD); e
- d)** Para **proteção do crédito** (art. 7, inciso X da LGPD) e de acordo com as leis 9.492/97 e 13.775/2018 e com o Provimento 87/2019 do CNJ.

5. COMPARTILHAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais coletados pelo SCPT por meio dessa Plataforma poderão ser compartilhados nas seguintes hipóteses:

- Internamente, ao pessoal autorizado dos serviços;
- Com os 10 Tabelionatos de Protesto do Município de São Paulo;
- Escritórios de advocacia para atuação em eventual processo judicial;
- Às autoridades administrativas e judiciais autorizadas por lei;
- Aos nossos subcontratados como por exemplo, as empresas de prestação de serviços de tecnologia, constando expressamente nos contratos de prestação de serviços a



Política de Privacidade e de Proteção de Dados

observância às regras dessa Política e da legislação vigente em relação à proteção de dados pessoais, em especial da LGPD.

5.1. Importante ressaltar que exigimos contratualmente das empresas que nos prestam serviços garantias de privacidade e segurança compatíveis com as que asseguramos neste documento.

5.2. O SCPT ao compartilhar os dados pessoais, limita-se a fornecer às organizações, o estritamente necessário para o exercício de suas funções, exigindo contratualmente garantias de privacidade e segurança compatíveis com essa Política e demais legislações pertinentes.

5.3. O SCPT preza pela segurança e inviolabilidade dos dados dos titulares e/ou usuários. Por esse motivo constantemente busca e monitora a atualização de suas medidas de segurança para evitar ao máximo perdas, danos ou furtos de dados, cumprindo integralmente o disposto no Provimento nº 74/2018 do CNJ, que estabelece padrões de Tecnologia da Informação para as serventias extrajudiciais.

5.4. Nenhum dado será compartilhado com terceiros não autorizados, sem o devido fundamento legal e/ou consentimento prévio do respectivo titular.

6. ARMAZENAMENTO DE DADOS

Os Dados coletados são armazenados em local seguro pelo prazo previsto em legislação específica e na Tabela de Temporalidade de Documentos prevista no Provimento nº 50/2015 do CNJ.

7. DIREITOS DOS USUÁRIOS

Você tem os seguintes direitos conferidos por lei:

- Requirir a informação sobre se os seus dados recebem qualquer tipo de tratamento e como isso é feito;
- Solicitar o acesso e confirmação a toda informação pessoal que mantivermos. Nesse momento podemos precisar confirmar a sua identidade, após o que forneceremos um relatório com a cópia das suas informações, que estão em nosso poder.
- Revogar o seu consentimento a qualquer momento, com exceção dos dados tratados mediante obrigação regulatória ou legítimo interesse. Depois de recebermos a notificação sobre a retirada do seu consentimento, não trataremos mais suas informações pessoais para os fins aos quais elas se destinavam.
- Solicitar a informação sobre eventual possibilidade de não dar o seu consentimento e sobre as consequências dessa negativa em cada caso;



Política de Privacidade e de Proteção de Dados

- Requirir a correção de informações incorretas, incompletas ou imprecisas a seu respeito, que estão em nossas bases de dados, desde que não seja necessário ordem judicial específica para tanto;
- Requirir a anonimização, bloqueio ou a eliminação de dados que você considere desnecessários para a finalidade que estão sendo utilizados, ou que considere excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.
- Direito de pedir para que suas informações sejam excluídas de nossos arquivos e sistemas, quando não houver nenhuma razão para mantê-las.
- Requirir informações a respeito do eventual compartilhamento de seus dados com outras instituições públicas ou particulares;

Importante mencionar que o SCPT não realiza tratamento automatizado dos seus dados pessoais e não possui decisões automatizadas sobre eles.

Sempre que o Titular exercer seus direitos, o SCPT poderá solicitar algumas informações complementares para fins de comprovação da sua identidade, buscando impedir fraudes.

Fazemos isso para garantir a segurança e a privacidade de nossos usuários. Ainda, algumas solicitações podem não ser respondidas de forma imediata, mas o SCPT se compromete a responde-las em um prazo razoável e sempre em conformidade com a legislação aplicável.

8. CONTATO COM O ENCARREGADO

Se você acredita que seus Dados Pessoais foram usados de maneira incompatível com esta Política de Privacidade ou com as suas escolhas enquanto Titular de Dados Pessoais, ou, ainda, se você tiver dúvidas, comentários ou sugestões relacionadas a esta Política, entre em contato conosco:

- Encarregado: Carlos Eduardo Pierim
- E-mail: encarregado@protestocapitalsp.com.br

9. ATUALIZAÇÕES E DISPOSIÇÕES FINAIS

O SCPT se reserva no direito de atualizar esta Política sempre que necessário, publicando a nova versão em nossa Plataforma. Também recomendamos que você revise esse documento com alguma periodicidade para estar sempre atualizado quanto às mudanças pontuais.



Política de Privacidade e de Proteção de Dados

10. RESPEITO ÀS RECOMENDAÇÕES DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Ressaltamos que alterações também poderão ocorrer especialmente quando houver publicação de recomendações pela ANPD, uma vez que ela poderá emitir novas diretrizes e orientações sobre os temas e procedimentos descritos neste documento.

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 08/02/2023, 1ª versão